

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO ( COMUNICAÇÃO COORDENADA )

NOME: CRISTIANE SILVA FRANÇA

TÍTULO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO

AUTORES: CRISTIANE SILVA FRANÇA, CRISTIANE SILVA FRANÇA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): FAPEMIG

PALAVRA CHAVE: EDUCAÇÃO SUPERIOR, POLÍTICAS PÚBLICAS, EXPANSÃO DO SUPERIOR, PROUNI, REUNI.

## RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo refletir sobre as políticas públicas para a Educação Superior, especialmente sobre as políticas de expansão para este nível de ensino, tendo como marco inicial a década de 90. Para alcance desse pressuposto, priorizando-se a análise na área da educação, aborda-se a respeito da transposição da estrutura do Estado de bem-estar social para o Estado mínimo e as consequentes transformações em sua estrutura, com a adoção de novas formas de intervenção e gestão junto aos setores públicos e privado. No contexto dos países latino-americanos, em especial, a adoção prioritária de políticas econômicas vigentes não mais atendia às demandas da população e do Estado como um todo, tornando-se premente repensar as políticas públicas estatais a fim de pudessem corresponder ao cenário que se estabelecia em escala mais ampla. Para melhor compreender sobre a atuação do Estado desde os anos 90 e as políticas por ele implantadas, a ação dos organismos internacionais na economia de países como o Brasil, em congruência com a concepção neoliberal de livre mercado, produção de bens e serviços, também será contemplada. Abordar sobre a intervenção desses organismos instiga a análise de processos que passam a ocorrer no âmbito das Instituições de Educação Superior (IES), diante da necessidade de reorganizar-se acadêmica e administrativamente, em sua gestão, para melhor atender seus públicos interno e externo (hoje mais diversificados do que antes). As ações expansionistas promoveram tanto o aumento do número de estabelecimentos e vagas, como o aumento do tipo de cursos oferecidos, gerando, ainda, demanda pela ampliação do número de professores para nos cursos atuar, o que nas instituições públicas refletiu na abertura de concursos públicos para novos docentes. Criam-se mercados da/para a educação, diversificando a formação oferecida a fim de atender a diferentes públicos. Tanto instituições públicas como privadas veem-se diante do desafio que é ampliar o seu atendimento para mais adequadamente atender àqueles que buscam por uma formação. A Carta Magna Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, os Planos Nacionais de Educação (2001-2010 e 2014-2024) são documentos legais que subsidiam o delineamento da reflexão aqui proposta, pois trazem em seu bojo os princípios fundantes da educação brasileira, metas e caminhos a serem trilhados para a sua consolidação no âmago das instituições de ensino. Em seguida estarão explicitadas discussões referentes às mudanças ocorridas na Educação Superior articulando-as aos períodos dos governos FHC, Lula e Dilma, aproximando-se do momento mais atual. Por fim, serão apresentadas algumas políticas públicas de ampliação e democratização do acesso ao ensino superior, focalizando o PROUNI e o REUNI e os reflexos de sua implementação. A revisão de literatura é a metodologia utilizada no presente artigo. Entre as referências teóricas consultadas estão as abordagens de Dalila Andrade Oliveira (1997; 2011; 2013), Luiz Antônio Cunha (2004) e Luiz Fernandes Dourado (2002; 2011).